



PSDB descobre que não gosta de Malan

Como quem desperta de um sonho, o PSDB começa a enfrentar a realidade de que não haverá um candidato chamado Fernando Henrique Cardoso na urna eletrônica em 2002. Dos dois mandatos exercidos por um presidente tucano, em aliança com os partidões tradicionais, restarão na memória do eleitor a estabilidade econômica e a conta dos juros da dívida pública. Da primeira, todos vão querer falar. Da outra, só a oposição. Para discutir estas e outras questões, ministros, governadores e líderes do PSDB estão sendo convocados a uma pajelança em agosto. FH será poupado do constrangimento de participar.

A dois anos da sucessão presidencial, o futuro do PSDB é um enorme ponto de interrogação. Trabalham pela candidatura própria (nos dois sentidos da expressão) os ministros José Serra e Paulo Renato e o governador Mario Covas. O governador Tasso Jereissati não é carta fora do baralho, embora pareça cada vez mais consolidado o compromisso cearense em torno do ex-ministro Ciro Gomes.

Nem mesmo a opção Ciro pode ser descartada — e nesse caso Tasso funcionaria como fiador de um acordo entre o candidato do PPS e seus ex-companheiros tucanos. Um acordo que tanto pode materializar-se como rendição do PSDB a Ciro, para mais uma vez enfrentar o PT de Lula, ou como o apoio do ex-ministro ao compadre Tasso.

Temos, portanto, cinco ases e um curinga no jogo (ou quatro ases e dois curingas, se o governador cearense for incluído na segunda categoria). O que há de comum entre eles, além do fato de terem rompido com o PMDB de Orestes Quércia e Newton Cardoso, num passado cada vez mais remoto, é o fato de todos serem críticos, em escalas variáveis, da política econômica conduzida pela equipe do ministro Pedro Malan. Ou seja: o PSDB pode produzir um candidato que fale bem do presidente da República, mas não um que defenda seu ministro da Fazenda.

Tucanos têm data para discutir a sucessão

Casados com o real, os tucanos divorciaram-se politicamente de Malan. Não faltam exemplos disso no noticiário recente: o líder do PSDB na Câmara, Aécio Neves, e o ministro Pimenta da Veiga trabalharam contra a privatização de Furnas; o mesmo Aécio bombardeou o estudo patrocinado por Malan que aponta para a privatização dos bancos oficiais; con-

tra a vontade de Malan, José Serra patrocinou a aprovação da emenda que vincula recursos orçamentários para a Saúde; Mario Covas criticou o plano de segurança do ministro José Gregori, mas botou a culpa no desemprego ou, em última análise, em Pedro Malan.

O PSDB está na oposição ao governo? “Ao governo, não, mas à ortodoxia monetarista, com toda certeza”, responde Aécio Neves, que prepara a pajelança de agosto em parceria com o presidente do partido, senador Teotônio Vilela. Se isso fica claro agora, não é porque as eleições municipais estão na esquina e as presidenciais do outro lado da rua, argumenta o deputado: “Nos últimos anos, o PSDB abriu mão conscientemente de sua auto-afirmação em nome de uma causa maior da estabilidade”.

A “causa maior” tem data marcada para acabar: 31 de janeiro de 2001, último dia de mandato do presidente tucano. É natural, portanto, que seus companheiros cuidem do futuro, até para que não despertem do sono caindo direto no pesadelo. Até agora, o partido viveu à sombra de FH e da estabilidade, o que foi ótimo para os medíocres e péssimo para quem tentou construir carreira solo no condomínio governista. Não por acaso, de todos os aliados de FH nas eleições de 1994, o que mais cresceu perante o eleitorado foi Ciro Gomes. Para isso, teve de sair do PSDB e, portanto, da sombra do presidente.

A reação esboçada pelo PSDB pode levar o presidente a precipitar a unção de seu candidato, algo que FH prefere postergar até o limite, de forma a não perder o controle da sucessão. Em tese, o presidente prefere garantir a manutenção da aliança PSDB-PFL-PMDB antes de se definir por um nome. Em tese, os partidos concordam. Na prática, trabalham para influir na decisão do grande eleitor oferecendo nome e sobrenome mais convenientes.

Para influir nesse jogo, o PSDB tem de acertar as próprias diferenças, inclusive as que mantém com o presidente da República e seu ministro da Fazenda. Mesmo criticado, Pedro Malan não será uma abstração em 2002. Será o ministro do real, da privatização e dos juros. A cara do governo FH.